

# Nakano anuncia liberdade econômica em 1988

Fotos de Olívio Lamas



Na mesa-redonda, a partir da esquerda, Camões, Jeha, Tabacof, Joel, Zeilão, Nakano, Eberhardt e Milton

SÃO PAULO — O Brasil vai viver a era da liberdade econômica em 1988. Essa é a intenção do Assessor Especial para Assuntos Econômicos do Ministério da Fazenda, Yoshiaki Nakano. Ele acha excessiva a intervenção do Estado na economia e tem prontos alguns mecanismos que podem devolver o País a a era do crescimento econômico, com investimentos do setor privado e a recuperação de parte da poupança do setor público.

Isso seria obtido através das reformas tributária e fiscal e de uma nova política tarifária. Nakano disse ser defensor, no Ministério da Fazenda, da tese de dirigir a economia a um modelo exportador, que seria a força motriz do crescimento. Essa ideia, no entanto, ainda não foi absorvida por toda a equipe do Ministério.

As ideias de Nakano foram debatidas durante mesa-redonda promovida pelo GLOBO com os empresários Pedro Eberhardt, Presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Autopeças; Elmo Camões, Presidente do Conselho de Administração do Sogeral e da Associação Brasileira de Bancos Comerciais e membro do Conselho Monetário; Boris Tabacof, da Companhia Suzano de Papel e Celulose e da diretoria da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), assim como Roberto Nicolau Jeha, Presidente do Sindicato de Embalagens e diretor da Fiesp.

Durante o debate, os empresários demonstraram absorver as propostas do economista, particularmente a de se criar uma alíquota do Imposto de Renda que será paga por empresários que preferem as aplicações financeiras, em detrimento dos investimentos produtivos.

Embora tenha havido concordância com o diagnóstico da economia, há temores e preocupações para o ano que vai começar, expectativa ainda pelos trabalhos da Constituinte e pela renegociação da dívida externa.

**O GLOBO — O objetivo desta mesa-redonda é analisar as perspectivas para o próximo ano. Como os senhores esperam a chegada de 1988?**

**Yoshiaki Nakano** — Eu acho que 1988 será melhor que 1987. Isso porque algumas questões básicas, que tem gerado muita incerteza, estarão definidas. O problema da Constituinte estará resolvido, assim como espero que a negociação da dívida externa esteja concluída. Com o término do trabalho da Constituinte — e eu tenho certeza que chegará a um bom resultado, adotando decisões de bom senso e posições sem radicalismos de nenhum lado — e com a solução da dívida externa, a qual o Governo pretende dar encaminhamento permanente, muito da incerteza que preocupa, hoje, deixará de existir, levando o empresário a investir novamente, pois, agora, está em uma situação de expectativa.

Esse sentimento diz respeito, também, as medidas que tomamos este ano, com relação ao corte do déficit público, na parte institucional e processual do orçamento, que foi unificado e permitirá um controle efetivo, sem termos que reduzir o tamanho do setor público. Mas, com essas medidas, poderemos, sem dúvida, reduzir a intervenção do Estado e iniciar um programa mais intenso de privatização. Também teremos oportunidade, com as medidas que estão sendo tomadas, de colocar algumas variáveis que estamos estudando. Acho, ainda, que 88 será um ano melhor, também, no que se refere à inflação, que espero se estabilize. Essa é a minha perspectiva para 1988.

**Pedro Eberhardt** — Eu gostaria que o Dr. Nakano estivesse certo. No meu setor, eu sinto uma intranquilidade muito grande, muita preocupação quanto a 1988, principalmente no que diz respeito a investimento. O setor abriga um grande número de empresas multinacionais que, neste momento, estão intranquilas. Alguns dos motivos, já mencionados, são a Constituinte e a dívida externa. A situação foi agravada, agora, com o problema existente com a indústria automobilística. Eu não tenho dúvidas que, para o setor de autopeças, 1988 não será bom. Mesmo que o acordo com o setor automobilístico seja encontrado rapidamente — o que espero — esse conflito deixará sequelas, que ocorrerão dentro da indústria automobilística e que refletirão no setor de autopeças, que está ligado por um cordão umbilical à indústria automobilística.

**Elmo Camões** — O setor de bancos é mais delicado. Todo mundo está sempre criticando as nossas taxas. Mas eu concordo que o ano de 1988 seja um pouco melhor que 1987, isso porque acredito que as medidas que foram adotadas, de junho para cá, no sistema financeiro, possibilitaram uma grande melhora nos resultados. A taxa de inflação anterior estava criando problemas de inadimplência e prejudicando negócios. Essa fase está superada. Se conseguirmos, agora, estabilizar a inflação em torno dos 12% ou 10%, acho que não teremos perdas no sistema. Muita gente nos critica, porque pensa que os bancos é que fazem as taxas de juros. Ora, quem dá o tom é o próprio Governo: o banco apenas cobra o spread. Se a LBC está em 18%, os bancos vão atrás da taxa, apenas isso.

**Roberto Nicolau Jeha** — Eu sou, normalmente, otimista. Mas estou preocupado com 1988. O nosso setor, de embalagens, está muito ligado ao mercado interno e reflete bem a situação. O setor despencou, literalmente. Os meses de novembro e outubro, normalmente são meses bons de venda, mas estamos vendendo menos do que no ano passado e não chegamos nem aos níveis de 1985. E o nosso problema nem é o controle de preços, porque nosso preço também despencou, assim como o volume de nossa produção, o que comprova que a indústria em geral, particularmente a que está liga-

da ao mercado interno, realmente caiu. Eu concordo com o Dr. Nakano quando se refere à Constituinte e à dívida externa. Uma definição da Constituinte nos livrará desse sobressalto diário em que vivemos e a questão da dívida externa precisa ser vista de modo a se obter um acordo definitivo, que nos permita olhar para o futuro.

Mas há dois outros aspectos que me preocupam. A inflação e o setor público. O setor público está arrebitado. As tarifas dos serviços públicos inviabilizam outras estatísticas, como a Siderbrás, a Eletrobrás e a própria Petrobrás. Quanto à inflação, há previsões que indicam até 18%, 19% para fevereiro do ano que vem. Não há País viável com inflação acima de 10%.

E há outra agravante, o Governo não tem mais credibilidade para dar novo choque. Então, uma saída para recompor o setor público seria uma reforma fiscal e eu tenho dúvidas que haja condições políticas para efetuar-la neste momento. Então, Dr. Nakano, eu acho que 1988 poderá ser, não brilhante, mas melhor que 1987, porém, se conseguirmos solução para a dívida externa, obtivermos uma Constituição equilibrada, mantivermos a inflação abaixo de 10% e definir o setor público.

**Boris Tabacof** — O setor de papel e celulose tem um plano ambicioso de investimentos, que não pode depender das oscilações diárias da conjuntura. Devido ao fato de os investimentos serem feitos a longo prazo, criaram-se grandes oportunidades no mercado interno e internacional, que foi conquistado por nós em face das potencialidades do País e da modernização da nossa indústria, que disputou em igualdades de condições tecnológicas. O nosso mercado interno tem crescido a taxas maiores que o Produto Interno e houve represamento desse potencial por muito tempo, talvez uma década. Isso provocou atrasos. Apesar de não poder responsabilizar as administrações recentes por isso, acredito poder tirar algumas lições.

Dentre os vários fatores que mais contribuíram para esse represamento, eu poderia citar um: preço. E isso não é só em relação ao Plano Cruzado e Plano Bresser, não. É toda uma política miopia de preços. É um filme que já vimos. Toda nova administração, que assume, vem imbuída das melhores intenções, de dar condições reais de mercado à indústria e não resiste à tentação de usar métodos



**“Há anos, o País pede nova política industrial ao Governo e não se consegue fazê-la”**

YOSHIAKI NAKANO  
Assessor Especial para Assuntos Econômicos  
do Ministério da Fazenda

heterodoxos, que, aliás, não foram inventados recentemente. A heterodoxia, em termos de preços, é histórica no Brasil.

Então, eu queria aproveitar o momento para dizer o seguinte: por que não aproveitar o ano de 1988, depois de tantas experiências mal sucedidas, em que o Governo tentava controlar as principais variáveis da economia, por que não transformamos o ano de 1988 no ano da abertura da nossa economia? Vamos abrir, vamos dar um choque de abertura, porque acho que não adianta mais continuar tentando fazer mágica.

Eu sei que os administradores não o fazem deliberadamente, mas é como se cedessem à tentação imediatista de tentar obter resultados rápidos. Se vier a abertura da economia, como uma atitude em relação a ela, e não só em termos de preço, acho que a sociedade brasileira vai receber de muito bom grado. Acredito que o Governo que tiver essa disposição se consagrará historicamente. E o risco é pequeno, principalmente agora, que a economia está resfriada, com a demanda desaquecida. Acho que o momento de liberar é esse. Quem sabe se não vamos ter a esperança de começar 1988 com a economia aberta. Deixa esse mercado atuar um pouco e vamos ver no que dá.

**O GLOBO — O Brasil já está em condições de ter uma economia de mercado?**

**Nakano** — Acho que sim. E mais do que isso, estamos bastante atrasados desse processo porque, se olharmos historicamente o que ocorreu nos últimos anos, a última grande política industrial foi o segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), com a implantação do setor de bens de capital. Aí se encerrou esse modelo de industrialização

substitutiva de importações. Nós não temos nada mais para implantar de indústrias aqui. Talvez alguns setores de ponta, mecânica de precisão, biotecnologia; mas isso, em relação ao tamanho da nossa economia, dá um impacto da implantação pequeno.

Com o parque implantado, o objetivo é fazê-lo crescer e modernizá-lo; consolidá-lo para torná-lo cada vez mais competitivo internacionalmente. Para isso, há necessidade de se mudar a intervenção do Estado, porque, hoje, o Estado fecha o mercado e subsidia o setor industrial, tornando a importação impossível. Essa fase está encerrada.

Há anos, o País pede uma nova política industrial ao Governo e não se consegue fazê-la. Por que? Porque é impossível se perceber grau de competitividade e eficiência da nossa indústria, porque falta uma peça fundamental, que é a reforma tarifária. Em qualquer país moderno, sabe-se o grau de competitividade de cada setor; basta olhar a tarifa. No nosso caso, o que temos: 80% das importações estão isentas e há barreira não tarifária quase intransponível. Aí, o importador tem de passar por uma série de órgãos do Governo, por todo um processo burocrático, demorado e complicado, que é dado como valor. Com a economia fechada, não se tem nenhuma percepção, transparência, do que é a nossa estrutura industrial.

Por isso, estamos querendo dar, agora, um passo fundamental, a partir de 1 de janeiro de 1988, fazendo essa reforma tarifária. Conseguirmos, em tempo recorde, fazer um estudo de setor por setor e por aí poderemos iniciar um processo de reabertura para o exterior. Então, poderemos ver o grau de competitividade de setor por setor, qual tem condições de reduzir suas tarifas e começar a competir para valer, ou se é um setor que vai necessitar de proteção permanente. Passa-se a ter um instrumento para fazer isso.

Vamos mudar: em lugar de uma política de subsídios e incentivos, que não conduzem a mais nada, vamos modernizar diversos setores, a partir de diagnósticos, e elaborar um programa. Governo e empresários de cada setor estabelecem um plano: vamos tornar esse setor competitivo em tantos anos. É possível? Não é possível? Se for possível, é só começar a trabalhar.

O projeto para o estabelecimento da política tarifária já está pronto. Vamos discutir no Concec e a intenção do Ministério da Fazenda é implantar isso já. Aí sim, teremos como fazer uma nova política industrial, de modernização do parque.

Com relação à liberdade interna, acho que o Governo tem de mudar seu papel. A regulamentação que existe hoje está se tornando obsoleta. Onde o Governo deveria intervir não intervir e há outros setores onde a presença do Estado se justificava, porque não havia interesse do capital privado, que, hoje, podem ser absorvidos pelo empresariado, como as siderúrgicas, setores de telecomunicações, energia elétrica, petroquímica.

**O GLOBO — Estamos caminhando, então, para o livre mercado?**

**Nakano** — O Governo tem sempre de intervir e corrigir distorções. Fazer a política adequada. O Governo precisa intervir, principalmente, na área social. Não tem feito isso. Nossa intenção é colocarmos todo empenho nisso, é modernizar o setor público, extinguir uma série de órgãos, certamente.

**O GLOBO — O controle de preços, nesse caso, também passaria a ter efeito secundário?**

**Nakano** — Sim, o controle de preços permanente é uma coisa difícil, praticamente impossível; não funciona. O controle de preços é possível em alguns setores. Quando fizermos a liberação, que não será do dia para a noite, por que tem de obedecer a um planejamento, aí o controle se tornará desnecessário. Vamos jogar com a tarifa, basta existir a possibilidade de se fazer importações, para que o empresário, internamente, não eleve os preços abusivamente.

**O GLOBO — No caso, isso seria coisa de médio prazo?**

**Nakano** — Sim, porque primeiro precisamos racionalizar a política da área externa, tanto na área de importação, eliminando a necessidade de guias, como acabando com a burocracia para as exportações. Com a reforma tarifária, vamos remover todos os incentivos e subsídios, acabar com o IOF e criar um imposto único, que dê transparência à estrutura industrial.

**Jeha** — Gostaria de comentar uma afirmação do Dr. Nakano, a respeito do último ciclo de investimentos do País, que foi o segundo PND, durante o Governo Geisel. O segundo PND encerrou um ciclo histórico da in-

dústria brasileira, que começou com Getúlio Vargas, passando pela fase de Juscelino Kubitschek. Na década de 70, o Brasil chegou a uma taxa de investimento de 27%, ocasião em que a poupança privada era de 17%, a do Governo 5% e a externa outros 5%.

Quando começou o processo recessivo, em 1980 e 1981, acabou a capacidade de investimento do setor público e, a partir de 1982, acabou, também, a poupança externa. Nesse momento, entramos em uma armadilha terrível, que ameaça de sucateamento nosso parque industrial.

Com o fim da poupança do Governo e o ingresso de recursos do exterior, sobrou, apenas, a poupança privada. Mas o setor privado não investiu, preferindo financiar os gastos correntes do Estado, através do sistema financeiro. E aí está a armadilha. Se analisarmos os balanços das empresas, de 1982 a 1987, veremos que os grandes lucros serão os não operacionais. Os investimentos ficaram paralisados, porque dava mais lucro financiar a dívida pública.

E o que ocorreu com os setores privados da economia brasileira? O setor financeiro foi o grande beneficiário; isso é uma constatação, porque temos um sistema cartorial de financiamento no Brasil e o sistema financeiro passou a intermediar e a administrar o financiamento do déficit público pelo setor privado. Isso é terrível. E a solução passa pela resolução da dívida externa, por uma reforma fiscal e pela conscientização do empresariado privado, que, ou volta a investir, ou está comprando a corda com a qual vai se enforcar.

Vamos aos exemplos. Números divulgados pelo IBGE resumem a conta corrente das administrações públicas de 70 até 1985. Apesar de todas as queixas contra o déficit público — que são queixas no sentido moral — esse não é o grande problema. O consumo final do Governo — que inclui gastos com funcionários e isso que a gente chama de mordomias — de 1970 a 1973, era de 10,9% de sua receita. Em 1985, esse número caiu para 9,7%, ou seja, diminuiu. Ainda é alto, pode ser melhorado.

A transferência de assistência da Previdência, os gastos assistenciais, também podem melhorar, mas foram de 7,4% entre 1970 e 1973, para 7,1% em 1985. E os subsídios, que provocam tanta polêmica e reclamação, no período de 1970 a 1973, representavam 9% e aumentaram para 16% em 1985, ainda é alto, mas não é o que está desarrumando a casa.

Agora, vamos aos juros da dívida interna. Os recursos que os setor privado está ganhando no open, que o setor financeiro administra e que o Governo paga, em vez de ter a sua poupança: passou de 1,3% do PIB, em 1970 e 1973, para 10,9% do PIB. Aqui está a ferida.

Outro problema, o das tarifas das estatais, a transferência, ajustes, ajudas para cobrir rombos de empresas ineficientes. Os recursos que são alocados nas empresas públicas para que continuem a trabalhar. Essas transferências representavam 3% do PIB, de 1970 a 1973, passou para 10,3% em 1985. Na soma dos juros da dívida pública e dos rombos das estatais — provocados pelas tarifas reais e problemas de controle de preços — tem-se mais de 20% do PIB. A contrapartida desse processo perverso, a poupança do setor público, que era de 5,9%, de 1970 a 1973, passou para uma poupança negativa de 8% em 1985.

Como sair dessa armadilha? É preciso repensar o papel do Estado, recompor sua capacidade de poupar e destiná-lo à sua função social e de controlador. E o empresariado tem de recompor a sua capacidade de investimento, sob pena de ficar com um monte de papel na mão, sem nenhum valor, e com sua indústria sucateada.

**Eberhardt** — Eu só não concordo com a sua certeza de que esses juros da dívida do Governo ficam com os bancos.

**Jeha** — São dados do IBGE. Os bancos, em 1970, representavam 6% do PIB; em 1985, passaram a 12,9%. E para caracterizar em que momento a economia brasileira sofreu esse processo, em 1980, esse número era de 7,9%; de 1980 a 1985, a participação do setor financeiro na economia cresceu de 7,9% para 12,9%, só para se ter uma ideia. Hoje, os bancos já representam mais que a agricultura, que está em torno dos 10%. A indústria ficou estagnada entre 33% e 35% e o comércio baixou de 16,4% para 12,9%. Não quero criticar os bancos, mas é preciso que o banqueiro entenda que ele está fazendo uma função social.

**Nakano** — Acho sua colocação extremamente oportuna, inclusive porque, no Plano Macroeconômico que divulgamos, o ponto básico é recuperar a capacidade de poupança do se-

tor público, não com o objetivo de aumentar sua participação, mas porque há alguns investimentos essenciais a serem feitos ainda. E a questão dos juros também pode ser analisada de forma diferente. Se pegarmos a taxa real dos juros nos últimos anos, a partir do segundo choque do petróleo, veremos que eles estão muito acima da rentabilidade de qualquer projeto industrial. Qualquer projeto industrial rende 15%.

**Tabacof** — Por que os projetos industriais eram ou são menos rentáveis do que a aplicação financeira? Esse é o ângulo do problema?

**Nakano** — Se formos procurar a origem do problema, vamos voltar ao ciclo anterior, comandado pelo setor público, com grandes investimentos e grandes endividamentos. Os investimentos foram feitos com dívida e, quando veio o choque dos juros e o segundo choque do petróleo, começamos a fazer o ajuste do setor interno, quando todo o custo do ajuste caiu sobre o Governo.

A receita líquida do Governo, que era de 16% a 17% na década de 70, caiu para 9% ou 10%, porque o setor público absorveu toda a dívida, principalmente a dívida externa. Todo o custo da desvalorização cambial, que foi feito nesse período para ajustar o setor externo, recaiu sobre o Governo e mais: para se sustentar as exportações, deu-se uma série de incentivos e subsídios e é a partir daí que o Governo começa a ter problemas crescentes com o déficit público. Tendo de se financiar, diariamente, no mercado. Isso pressiona os juros e abre espaço para o setor financeiro apropriar uma parcela crescente. Nós, realmente, estamos em uma armadilha e temos de desmontá-la.

Daí a necessidade de controle de preços porque, senão, a inflação explode. Com os juros elevados, os empresários preferem, mesmo com capacidade instalada ociosa, não contratar funcionários e comprar matéria-prima, porque não quer recorrer aos bancos. Não é culpar os bancos. É um círculo vicioso. Para rompê-lo, a iniciativa cabe ao Governo, com o corte nos gastos e aumento da receita. A reforma tributária é a única saída, não há outra. A receita tributária líquida é de 9% a 10% do PIB.

**Eberhardt** — Se o senhor fosse empresário, e não homem do Governo, faria investimentos em sua empresa ou no mercado?

**Nakano** — Eu seguiria a minha



**“Se o senhor fosse empresário e não homem do Governo, investiria na sua empresa?”**

PEDRO EBERHARDT  
Presidente do Sindipeças

percepção.

**Eberhardt** — Estou falando abertamente.

**Nakano** — Um empresário é movido por outras razões. Mas, olhando racionalmente, considero o investimento produtivo uma das coisas mais arriscadas desse País; é muito mais fácil investir diariamente no setor financeiro.

**Tabacof** — Aí é que está o problema. Isso não é normal. Hoje, o problema é como reativar os investimentos. Quando se fala em aumentar a receita do Governo e cortar os gastos públicos, fico apreensivo. Isso tem de ser colocado em um contexto mais amplo. Nada mais recessivo do que uma freada violenta nos gastos públicos. Muitos empresários embarcam nesse atrativo mas, se isso não for acompanhado de outras medidas estimulantes, pode ser uma catástrofe para a economia brasileira.

**Nakano** — No plano, o que colocamos é que o setor privado tem de investir, tem de chegar a 24%, 25% do PIB. O grande investidor tem de ser o setor privado. Inverter o que aconteceu no último ciclo, porque o setor público está endividado e o setor privado não. Aí acho que teremos de fazer algumas mudanças importantes, estamos no limiar de passarmos de uma economia subdesenvolvida para uma desenvolvida, então, teremos de desligar do passado. A reforma tarifária é um desses passos. Temos de avançar, mas de que forma?

Aqui, vou dar uma opinião pessoal, porque não consegui convencer meus companheiros ainda. Eu acho que a saída é partir para valer para o modelo exportador, invertendo o papel dinâmico, antes representado pelo setor público, porque o empre-

sariado terá um atrativo, como em uma loteria: o lucro.

Aí, nós saímos da armadilha que está montada. Isso e mais uma série de ajustes no sistema, para retomarmos o nível de investimentos. O setor privado vai fazer o investimento e isso puxa o resto. E há outro fato a acrescentar, o Brasil não é mais um País que exporta apenas um certo tipo de bens; exportamos quase tudo; então, o investimento cobrirá também o mercado interno.

**Eberhardt** — O senhor disse que não conseguiu vender a ideia a seus colegas...

**Nakano** — Porque tem um custo explosivo do lado da inflação e tem um custo explosivo do déficit público.

**Eberhardt** — Isso preocupa. Para se chegar a isso, o fundamental é a confiança e é o que está mais faltando. Eu acho que a exportação é a saída, mas não podemos esquecer que, nesse pacto, entram as empresas multinacionais e a forma como o capital estrangeiro vem sendo tratado pode provocar muitas dificuldades. Nosso setor teve uma perda de investimentos de US\$ 1,2 bilhão — a previsão era de US\$ 400 milhões no primeiro semestre e mais US\$ 100 milhões ou US\$ 200 milhões.

Agora, se a indústria automobilística não investir, não também vamos ficar para trás. Tanto que, nesse protocolo que está em discussão, o preço é secundário; o que queremos saber é quanto eles vão investir.

**Camões** — Eu queria que o senhor me explicasse por que acha que a inflação vai se estabilizar em fevereiro.

**Nakano** — Nós ainda estamos em uma fase de ajuste de preços atrasados. Por isso, a taxa de inflação ainda deverá ser elevada em novembro e dezembro e janeiro. Então, a expectativa é que, em fevereiro, a tendência é cair um pouco. Então liberando setores, acertando preços atrasados.

**Camões** — E faltam muitos setores ainda?

**Tabacof** — É bom deixar claro que, depois disso, não vai haver novo choque. Seria catastrófico.

**Nakano** — Não pode nem voltar, essa ideia de choque, porque, se isso começar a circular, se criar uma bomba infernal. Por isso, é importante os empresários não repassarem aumentos salariais para os preços, nem fazerem antecipações de preços com base em expectativas de um hipotético congelamento, porque aí se iniciaria uma corrida entre preços e salários. Um congelamento é um acordo coletivo, porque o Governo não tem condições de controlar tudo.

**O GLOBO — Ainda falta muito tempo para se ajustarem esses preços?**

**Nakano** — A situação está melhor do que em junho. Houve alguma complicação, em relação ao que previmos, em razão da elevação da taxa de inflação e da demora do CIP em processar. O número de pessoas que procuraram o Ministério para reclamar de preços tem diminuído significativamente.

**Jeha** — O senhor concorda que os Estados Unidos têm de fazer um ajuste interno? Como podemos conciliar a saída da crise pela exportação com um eventual movimento protecionista pelos Estados Unidos? Há uma possibilidade de coordenação nas economias centrais — Estados Unidos, Alemanha e Japão — com os dois últimos substituindo os Estados Unidos como maiores importadores e mantendo o comércio internacional relativamente em alta?

**Nakano** — Acho que é isso que vai ocorrer. Estou apostando nisso. A quebra da Bolsa gerou preocupações nos Governos europeus e japoneses. É óbvio que vai haver esforço na economia americana para reduzir o déficit comercial e cortar o déficit público. Isso vai provocar impacto grande e vai haver uma política coordenada, com Japão e países europeus adotando política monetária e fiscal menos rígida e voltar ao crescimento. Por isso, vai haver uma certa compensação.

**Jeha** — O Governo brasileiro tem uma política para se investir em um movimento de deslocação de fluxo de exportação para o Japão, onde o senhor manteve contatos?

**Nakano** — Por enquanto, está tudo paralisado, em função da dívida externa. Nós estávamos tentando estabelecer uma linha de financiamento com o Japão, sem acordo com os bancos, sem acordo com o FMI, mas houve dificuldade no processo. Eu entendo que os japoneses estavam dispostos a um acordo, mas houve aquela decisão de negociar com o FMI, após o acordo com os bancos e, agora, temos de esperar pela sequência e encerrar esse ciclo. Mas o canal está aberto e a luz está verde.

**O GLOBO — Vamos voltar às medidas que possam conduzir à saída do impasse. O senhor poderia detalhar algumas dessas reformulações da reforma tributária e fiscal?**

**Nakano** — O grande objetivo é não aumentar muito a receita do Governo, porque há uma série de subsídios e incentivos que podem ser eliminados e que já vão aumentar a receita do Governo. A mudança que eu imagino, reduzirá a alíquota média para todos, acabando com isenções, distribuindo melhor a carga pelos segmentos. Em termos de ganhos de receita, eu imagino que é necessário mexer-se na área de impostos diretos, apesar de ser inflacionário, tentando estabelecer uma alíquota baixa para todos os produtos.

Acho que existe um grande trabalho a ser feito na área da administração fiscal, melhorar a eficiência da máquina. No âmbito da pessoa jurídica, não há como aumentar; acho que deve se reduzir e criar alguns incentivos adicionais que induzam ao investimento.

A mesa redonda foi coordenada por Zeilão Rodrigues, com participação de Milton F. de Rocha Filho e Joel Santos.